

USO DE NOVAS TECNOLOGIAS NA AGRICULTURA FAMILIAR E A CAPACITAÇÃO DA MÃO DE OBRA MASCULINA E FEMININA: um estudo no município de Lagoa Seca-PB

Auri Donato da Costa Cunha
Tâmara de Oliveira Silva

Universidade Estadual da Paraíba - UEPB auri_donato@uol.com.br
Universidade Estadual da Paraíba-UEPB tamaraoliveirasilva@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

A modernização no setor agrícola brasileiro, nas últimas três décadas tem sido tema de estudo de vários autores. Estes estudos ressaltam, sobretudo, as mudanças ocorridas na organização da produção agrícola, apoiada pelo Estado, através de políticas agrárias e agrícolas, que visavam, entre outros interesses, a elevação tecnológica do setor ligado ao complexo agroindustrial, beneficiando de maneira diferenciada, grandes, pequenos e médios proprietários, como também produtos e regiões a denominada “modernização desigual”. Verifica-se que a modernização da base técnica da agricultura no Brasil vem acontecendo de maneira heterogênea. Alguns setores voltados principalmente à exportação têm vivenciado grandes transformações na sua estrutura produtiva, enquanto outros setores ainda estão condicionados a padrões tecnológicos tradicionais.

Essa diferenciação se dá, em grande medida, pela própria configuração histórica da economia brasileira, no tocante ao mundo campestre, visto que a estrutura agrária brasileira está secularmente ancorada no latifúndio e monocultura voltada para exportação.

Um agravante dessa situação está no fato de que o macro poder político brasileiro, desde a colonização, tem como regra, o apoio ao latifúndio em detrimento da pequena propriedade, nesse contexto, como também na atualidade.

Inseridos neste contexto estão os agricultores (as) familiares do Município de Lagoa Seca localizado na região metropolitana de Campina Grande, com clima tropical úmido. A população segundo os dados do IBGE 2014 é composta por 26.950 habitantes, sendo 13.704 do sexo feminino e 13.246 do masculino.

Através dos dados obtidos, foi possível constatar que 66% desse número de habitantes concentra-se na zona rural e que Lagoa Seca constitui-se num município eminentemente agrícola e que tem uma agricultura bastante diversificada. Essa diversificação, inclusive subdivide o município em áreas de acordo com a produção: região das frutas, região do roçado, região da verdura, entre outros.

A agricultura familiar é favorecida tanto pela proximidade do mercado regional de Campina Grande quanto por recursos hídricos, relativamente abundantes. Lagoa Seca se constituiu em cinturão verde feito de pequenas propriedades. Os estabelecimentos familiares representam 92% do

total e ocupam 78% das terras. As propriedades são de pequeno tamanho; 83% têm menos de 15 ha (TONNEAU & DUQUE: 2003).

Vale ressaltar, que a agricultura é de suma importância para o município, pois é ela que mantém a população. É o meio de vida de toda uma gente que luta por uma tomada de decisão ou uma política que venha apresentar alternativas reais para o cenário que hoje se contempla. O município conta com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e também com as associações dos produtores (as) rurais que, além de desempenharem um importante papel na organização política dos agricultores, se constituem, nos dias atuais, em alternativa para implantação e financiamentos de projetos agrícolas. A agricultura e o funcionalismo público representam as principais fontes de renda da população de Lagoa Seca.

Considerando o exposto, a pesquisa em foco, procurou averiguar os critérios utilizados para divisão sexual do trabalho no interior das famílias que utilizam novas tecnologias e produz para o mercado, considerando os diversos espaços ocupados pelos homens e pelas mulheres. Partindo-se da premissa que o desenvolvimento analítico do conceito de gênero nasceu da crítica a qualquer ideia naturalizada do que é ser mulher e ser homem e considerando-se a possibilidade social de pensar o caráter cultural, simbólico e radicalmente não biológico das ideias de feminino e masculino e de que os gêneros são construídos socialmente, procurou-se detectar, através deste estudo, se houve mudanças nas relações de gênero entre os agricultores e agricultoras familiares que trabalham nas áreas irrigadas do referido município, como também analisar as mudanças ocorridas na divisão sexual do trabalho e em que proporções estas mudanças têm contribuído para redefinir as relações entre os gêneros, no interior do grupo doméstico.

Para tanto, foi dado ênfase ao estudo da construção das relações sociais entre homens e mulheres na organização do trabalho familiar na produção agrícola. Considerou-se o conceito de gênero como uma categoria móvel, socioeconômica e política, que contempla os estudos sobre família, processo de trabalho e as representações socioculturais de masculino e feminino em uma determinada sociedade. Vista desta ótica, as relações de trabalho devem ser analisadas no contexto das relações sociais entre homens e mulheres. Assim, divisão sexual do trabalho não esgota a problemática dessas relações, na medida em que elas comportam construções culturais e históricas, interdependentes e complementares. As relações entre homens e mulheres são vividas e pensadas enquanto relações entre o que é definido como masculino e feminino- os gêneros. Neste sentido a divisão sexual do trabalho é um dos muitos lócus das relações de gênero (LOBO, 1990: 9)

Por conseguinte, este estudo teve como objetivo identificar e analisar os espaços que homens e mulheres ocupam no âmbito da produção agrícola que utiliza tecnologias modernas e produz para o mercado, num contexto relacional com os demais membros que compõem o setor,

considerando a sua posição no grupo doméstico, a classe social que pertencem à qualificação da mão-de-obra, e a distância entre a casa e o local de trabalho.

Partindo-se da premissa que o desenvolvimento analítico do conceito de gênero nasceu da crítica a qualquer ideia naturalizada do que é ser mulher e ser homem e considerando-se a possibilidade social de pensar o caráter cultural, simbólico e radicalmente não biológico das ideias de feminino e masculino e de que os gêneros são construídos socialmente, buscou-se também, através deste estudo, averiguar como se dá as relações poder no interior do grupo familiar.

Assim, foi possível constatar, que o modelo nuclear de família que congrega pai, mãe e filhos, é de fundamental importância para execução das tarefas realizadas na produção agrícola e na casa, no entanto estas são bastante distintas, já que o lugar da morada e o lugar de produção agrícola não ocupam os mesmos espaços. Embora, tanto na agricultura quanto na casa, os membros do grupo familiar colaborem nas tarefas aí desenvolvidas, se faz necessário que para a produção agrícola, sigam as orientações prestadas pelos técnicos da EMATER-PB, que trabalham no município sobre como plantar, o que plantar, para quem plantar, ou seja, recebam a capacitação adequada para as mesmas.

A lógica da produção a partir do uso de tecnologias, não é a da subsistência da família, como na agricultura familiar tradicional, mas a do mercado. O poder de decisão sobre o que plantar, já não compete exclusivamente ao chefe da família, este tem que ser compartilhado com a equipe técnica que trabalha na área, pois, as regras da produção e da comercialização são estabelecidas pelos técnicos, em consonância com as famílias e de acordo com a produção planejada, levando-se em consideração o uso de tecnologias, emprego de mão-de-obra e pesquisa de mercado, entre outros fatores.

Quanto à organização do trabalho, no espaço da produção agrícola, no geral, o mesmo compete a quem esta assumindo a chefia da família, que pode ser o homem ou mulher, mas ele ou ela planeja o trabalho a ser realizado no roçado, os empréstimos a serem tirados para o custeio da produção: como utilizá-los na época correta, o que comprar e o que vender, juntamente com o grupo familiar, procurando adequá-los ao planejamento já realizado juntamente com a equipe técnica que trabalha na área.

Gênero e Agricultura Familiar: a construção das relações sociais entre homens e mulheres na organização do trabalho familiar.

No que tange a agricultura familiar, é de grande relevância a percepção conceitual de tempo-espaço, neste sentido nos apoiamos em, SCHULTZ (1965) que contribui com nossa discussão ao enfatizar a diferença entre a agricultura tradicional e a moderna como uma questão também cultural, ou seja, não a expressa em termos absolutos.

Com a modernização da agricultura o trabalho agrícola tornou-se mais complexo, obrigando o produtor a investir em novos conhecimentos e técnicas, desta forma, parte do trabalho antes feito manual, na atualidade a esfera da produção exige o auxílio de máquinas, ocasionando uma diminuição de contratação de trabalhadores na agricultura. Como o responsável pela parte produtiva geralmente é o homem, ele é quem investe no aprendizado das novas tecnologias, mantém contato com técnicos rurais e faz a maioria das vendas, dos empréstimos e pagamentos e participa das associações e sindicatos (BRUMER, 2004).

Observa-se que, os estudos voltados para a divisão sexual do trabalho na agricultura mostram que as mulheres, como também crianças e jovens ocupam uma posição subordinada e seu trabalho geralmente aparece como ‘ajuda’, mesmo quando elas trabalham tanto quanto os homens ou executam as mesmas atividades que eles.

Na divisão do trabalho que se estabelece entre os sexos, ao homem compete, na sua maioria à exclusividade de desenvolver serviços que requerem maior força física, tais como: plantar, derrubar árvores, cuidar do gado. Também compete ao homem o uso de maquinários agrícola mais sofisticado, tal como o trator. Para a mulher, geralmente, lhes são atribuídas as atividades mais rotineiras, ligadas à casa ou ao serviço agrícola, como as de caráter mais leve. Entre as tarefas em executadas pelas mulheres estão praticamente todas as atividades domésticas, o trato dos animais, principalmente os menores (galinhas, porcos, e animais domésticos), e o cuidado do quintal, que inclui a horta, o pomar e o jardim (BRUMER, 2004)

É necessário evidenciar que os termos ‘pesado’ ou ‘leve’ da atividade são relativos e determinados culturalmente, uma vez, que na esfera das atividades domésticas a mulher executa tanto tarefas ‘leves’ quanto ‘pesadas’ (como colher, carregar os filhos, buscar água em lugares distantes do domicílio). Assim o trabalho é ‘leve’ (e a remuneração é baixa), não devido as suas características, mas devido à ocupação na hierarquia familiar por aqueles que executam o trabalho.

Mesmo com a participação das mulheres na tomada de decisões juntamente com os maridos, geralmente, são os homens que conduzem o processo decisório quando se trata de investimentos referentes à produção ou a reposição dos meios de produção para a próxima safra, sendo significativa a participação da mulher, ou eventualmente, de todos os membros da família, apenas nas despesas de consumo doméstico ou nas despesas referentes a necessidades de consumo próprio. Neste sentido nem as mulheres, nem os jovens, têm uma renda própria, a não ser pela venda do seu próprio trabalho a terceiros (trabalho assalariado) ou venda direta de produtos por eles produzidos.

Em algumas situações, porém, a modernização das atividades intensifica a agricultura, aumentando a carga de trabalho de todos os membros da família, mas principalmente das mulheres, considerando seu trabalho doméstico e o de plantio a colheita na agricultura, como também a criação de animais.

Segundo Brumer (2004), devido às desigualdades de gênero, atribuídas às mulheres pela subordinação na estrutura familiar, evidenciada na distribuição das atividades nas esferas de produção do poder e do acesso à propriedade da terra, as mulheres têm menores perspectivas profissionais e motivação para permanecer no meio rural do que os homens. Ao mesmo tempo os fatores externos, tais como a produção agrícola desenvolvida, o caráter intensivo ou extensivo da produção e o desenvolvimento das indústrias nas proximidades dos estabelecimentos agropecuários, podem criar oportunidades de emprego fora da agricultura, mantendo a residência do trabalhador no meio rural, dada a desvalorização deste.

Vale ressaltar, que os fatores que levam ao deslocamento do campo para as cidades, incidem de modos diferentes sobre os lugares de gênero. Durante a pesquisa foi possível identificar os que contribuem para permanência da mulher na zona rural e os que se concentram entorno das modificações na legislação, que veio favorecer o acesso da mesma ao salário-maternidade e a aposentadoria rural.

Muito embora os avanços e conquistas, o campo ainda se constitui em lugar de conflito, sejam eles de grande porte, que eclodem em eventos como os conflitos por terra, ou os que estruturalmente permanente como a violência, escassos investimentos em áreas que constituem direitos fundamentais (educação, saúde, etc.), a ineficiência de políticas públicas que contribuam para a permanência das famílias no campo, tal quadro é acentuado quando analisado sob a perspectiva de gênero, que coloca as mulheres sob um forte estigma sociocultural construído ao longo dos séculos.

Uso de Tecnologias e Assistência Técnica: Caminho a ser Trilhado para Inserção do Agricultor (a) Familiar ao Mercado.

As atividades da agricultura tradicional que tem como base o saber repassado de geração para geração onde no geral, casa e local de trabalho ocupam o mesmo espaço, sofre significativa transformação na sua organização produtiva e social com a introdução de tecnologias, no caso em estudo a irrigação entre outras.

Além das transformações ocorridas na organização do trabalho na agricultura familiar, com a introdução de novas tecnologias, tem que se considerar, nesta análise, a questão espacial do roçado e da morada. Constatou-se através da pesquisa que a dissociação entre a casa e o local de trabalho cria condições que alteram as relações entre os gêneros ao nível do grupo doméstico. Entende-se por grupo doméstico o conjunto de pessoas que habitam a mesma casa, trabalham na mesma produção de forma permanente ou temporária, ligados entre si por laços de parentesco

Através do estudo realizado foi possível constatar que a produção e a reprodução das pequenas propriedades, que utilizam novas tecnologias e destinam sua produção para o mercado, dependem da organização do trabalho do grupo doméstico, cujos membros desempenham funções

que lhes são atribuídas por influências socioculturais. Foi considerado para essa análise, o sexo, a idade e a posição que ocupam no interior do grupo doméstico. Assim, a articulação das pessoas que compõem o grupo doméstico na organização do trabalho e outros fatores (como quantidade e qualidade da terra, criação de animais, demanda e o preço dos produtos nos mercados, local, regional, nacional e internacional, número de membros da família e o acesso ao crédito e à assistência técnica) são os elementos que podem contribuir para o êxito da agricultura familiar.

No que se refere à organização do trabalho foi possível constatar que a mesma no setor agrícola, se caracteriza pela sua complementaridade e que cada membro do grupo doméstico tem uma função atribuída socialmente no caso da produção agrícola que utiliza novas tecnologias observou-se que a casa, como também a área destinada à agricultura não ocupam o mesmo espaço. Para a distribuição de tarefas, na produção agrícola e no interior da organização do grupo doméstico são utilizados os fatores sexo, idade e nível de qualificação. Assim, aos cônjuges são atribuídos papéis e responsabilidades diferenciadas considerando a questão da divisão sexual do trabalho tradicionais na nossa sociedade.

No tocante ao uso de novas tecnologias, a articulação entre os membros de um grupo doméstico de agricultores (as) familiares que utilizam novas tecnologias, na organização do trabalho, é de vital importância para se obter o nível de produção necessária à reprodução social de sua força de trabalho e gerar renda para a família com os produtos que são comercializados. Quanto às mudanças nas relações de gênero constatou-se que a família é um dos lugares onde estas se manifestam. Então, pode-se afirmar que houve mudanças no que se refere a estas relações, e que homens e mulheres assumem as tarefas de acordo com a sua qualificação.

A transição da agricultura tradicional para a moderna requer dos agricultores e das agricultoras maior flexibilidade às inovações, capacidade de adaptação e qualificação de mão-de-obra, para o uso adequado das tecnologias, tanto no que se refere às atividades de plantio e colheita, como à comercialização, à seleção, à embalagem e à conservação dos produtos, além de conhecimentos de custos de produção e de administração rural, entre outros.

Nesse contexto, concordamos com TEIXEIRA et ali (1994 : 73), quando afirmam que:

O investimento governamental em educação dos homens e das mulheres da zona rural justifica-se, porque uma população mais educada pode contribuir melhor com a instauração de sistemas políticos administrativos, orientados para os direitos individuais e para o desenvolvimento econômico com equidade Este investimento também se justifica, porque o nível educacional das pessoas afeta a produtividade do trabalho que realizam, tanto na esfera doméstica como na produção para o mercado. É importante considerar que a saúde da família e a educação dos filhos, nesse contexto, são mais influenciadas pelo nível de educação da mãe que pelo do pai. Além disso, o maior determinante do tamanho da família também é o nível educacional da mãe.

Dai se depreende a necessidade da educação para os homens e para as mulheres do campo, como de fundamental importância tanto para a questão da adoção de tecnologias, uso correto e maior flexibilidade à modernização, como também como base de equilíbrio para a própria unidade familiar, pois, como costumam dizer os produtores e as produtoras que possuem pequenos lotes, “terra pouca não dá para muita gente.”

No município de Lagoa Seca, foi possível constatar as alterações ocorridas nos papéis, masculino e feminino no interior do grupo doméstico, com a introdução de novas tecnologias na produção agrícola, e que depois de muita luta das mulheres para serem reconhecidas enquanto trabalhadoras, estão se destacando no setor, como também tendo acesso à qualificação referente ao uso adequado de tecnologias.

Vale ressaltar, que apesar de executar as tarefas normalmente a elas atribuídas como: os afazeres domésticos, a educação dos filhos, cuidarem de animais de pequeno porte e também na colheita, no contexto atual é bastante relevante a participação das mulheres nas associações e sindicatos totalizando cerca de 80% dos participantes das atividades mensais destes segmentos, assumindo também os cargos de direção e administração dos mesmos.

Segundo informação do presidente do sindicato, o movimento sindical rural masculino, até o início da década de 1980 não aceitava mulheres como associadas. Hoje, as mulheres vêm ocupando cargos nas direções executivas, o que não significa que os sindicatos tenham mudado suas práticas discriminatórias.

Por conseguinte, é importante considerar o papel que as mulheres têm desempenhado no processo produtivo e sua trajetória no mundo rural marcada pelo esforço e o exercício de novas formas de produzir, em que atua enquanto sujeito social na cooperação no que se refere ao processo produtivo, compartilhando trabalho e conhecimento exercidos na sociabilidade entre os segmentos sociais locais.

Agricultura Moderna: novas tecnologias e sustentabilidade

A busca de qualidade e o ajuste da produção às demandas da clientela se convertem, no contexto atual, em mecanismos importantes para lograr competitividade. Isto exige o surgimento de novas formas de organização do trabalho que afetam especialmente os recursos humanos, criando novas atividades e suprimindo outras. Na visão de Ehlers (1996, p. 16) “A agricultura sustentável deverá constituir um novo padrão tecnológico, que combine práticas convencionais e alternativas. A definição de agricultura sustentável pressupõe o reconhecimento de que é necessário mudar o modelo de agricultura, incorporando a preocupação com o meio ambiente”.

Segundo Tavares (2009, p 48):

A noção de sustentabilidade aplicada á agricultura permite a identificação de três grandes grupos de sistemas de produção: o primeiro orientado para o



CONIDIS

I CONGRESSO INTERNACIONAL
DA DIVERSIDADE DO SEMIÁRIDO
DIVERSIDADE: APRENDER O MELHOR DO SEMIÁRIDO

mercado. O segundo abrange o que se chama de produção integrada e o terceiro esta orientado para o ecossistema. Na realidade rural, esses sistemas se apresentam de forma difusa indo da presente para um futuro desejável, representando a expressão de duas forças: de um lado a lógica da integração ao mercado; de outro a lógica da reprodução ecológica.

Assim, para que tenham acesso ao mercado de forma competitiva, ajustando a sua produção as demandas dos consumidores, é necessário que esses agricultores e agricultoras adotem tecnologias modernas de convivência com o semiárido que lhes permitam maior produtividade da terra, considerando a ideia da sustentabilidade da agricultura como uma das questões chaves na problemática da preservação ambiental e conseqüentemente melhoria nas condições de saúde e de trabalho. Esta adoção exige, entre outros fatores, mão-de-obra, masculina e feminina especializada, reorganização na divisão social e sexual do trabalho e alto custo monetário, que deveria ser financiado pelo crédito agrícola, do qual os agricultores (as) familiares, no geral, não são beneficiários. Portanto, o seu acesso às inovações tecnológicas é muito limitado, já que estes agricultores são descapitalizados.

Vale ressaltar, que a modernização favorece também a concentração fundiária, na medida em que a propriedade da terra é virtual condição para obtenção de créditos subsidiados, entre outras formas de apoio estatal. Quanto maior for a extensão territorial da propriedade e esta funciona como garantia formal dos empréstimos, maior pode ser o montante do crédito.

O crédito rural poderia ser utilizado para compra de insumos e implementos agrícolas não produzidos no seu meio, porém, é de suma importância a obtenção de novos níveis tecnológicos.

Além da questão do capital, da capacitação de mão-de-obra e da comercialização, quando se trata de substituição de culturas tradicionalmente plantadas, devem ser considerados outros fatores, que também influem sobremaneira na decisão dos agricultores e agricultoras, na modernização da agricultura.. É de fundamental importância compreender, que é somente a partir do conhecimento dos sistemas agrários existentes de sua lógica, de seus limites e alcances, que se pode localizar seus pontos de estrangulamento tecnológico e propor mudanças que sejam soluções a problemas colocados e vividos efetivamente pelo agricultor (ABRAMOVAY, 2010).

Por conseguinte, a questão não se limita apenas à insuficiência de crédito, mas passa também por um “novo olhar,” um repensar por parte da maioria dos técnicos que trabalham nas empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural e nas de Pesquisa Agropecuária sobre as questões relacionadas com a modernização da agricultura e com a capacitação dos agricultores e agricultoras, para que eles apliquem, corretamente, novas tecnologias que sejam compatíveis com os recursos disponíveis tendo assim mais possibilidades de tecnificar o setor agrícola no semiárido paraibano e aumentar sua produtividade e renda, de forma sustentável, considerando-se que: “A ampliação da agricultura sustentável passa, necessariamente, entre outras ações públicas, pelo

fortalecimento da agricultura familiar, tendo como características essenciais: fonte de emprego, mão-de-obra, organização essencialmente distributiva, ênfase na diversificação e rotação de culturas, maior maleabilidade do processo decisório, estabilidade e equidade” (TAVARES 2009 p.52).

Mas para “definir a sustentabilidade deve se levar em consideração a questão de identidade nacional e de cidadania. Portanto, é preciso fazer políticas públicas para o bem estar das pessoas. Mais do que uma economia sustentável é preciso ter como meta uma sociedade sustentável baseada em valores humanos e sociais”(PRONAF. CADERNO DE CAPACITAÇÃO No 2: 2002p.17).

Estudos realizados pela FAO/INCRA (1997),demonstram que a agricultura familiar brasileira apresenta três características essenciais que a definem, quais sejam: “(a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são executados por indivíduos que mantêm entre si laços de parentesco ou de matrimônio; (b) a maior parte do trabalho é proporcionada pelos membros da família; (c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre a terra) pertence à família e é no seu interior que se efetua sua transmissão em caso de falecimento ou aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva”.

Assim, a agricultura familiar pode ser considerada, uma das principais responsáveis pela manutenção do agricultor no campo e, por conseguinte, a diminuição do êxodo rural, justamente por sua maior capacidade gerencial, pela sua flexibilidade e, sobretudo, por sua maior aptidão para a diversificação das culturas.

No Brasil, “a agricultura familiar tem sido a principal responsável pela produção de alimentos e pela dinamização das economias locais, sendo de fundamental importância para segurança alimentar, geração de emprego e renda e o desenvolvimento local em bases sustentáveis e equitativas”.

Na concepção de Altafin:

A relação da agricultura familiar com recursos naturais é considerada positiva quando ela está enraizada no meio físico, tendo controle sobre seu processo produtivo. Seu potencial para promoção da sustentabilidade ecológica diz respeito à sua capacidade de conviver de forma harmônica com ecossistemas naturais, percebidos como um patrimônio familiar. Quando em situação de risco, o que pode ser representado pela escassez de terra frequente com a reprodução das famílias, a agricultura familiar pode vir a atuar de forma nociva ao meio ambiente. O que condiciona a realização de atividades mais impactantes sobre os recursos naturais não é, portanto, a natureza do trabalho familiar, mas a ausência de condições para sua reprodução (2013, p.16).

Para o fortalecimento da agricultura familiar e de suma importância à participação dos agricultores (as) em associações e sindicatos. Surge essa necessidade a partir de alguns aspectos, tais como: os problemas da baixa produtividade, socialização do conhecimento, pela proximidade

dos locais de trabalho, como também a necessidade de unir forças a fim de superar os obstáculos, cujos princípios devem estar aliados ao espírito de solidariedade e democracia, como também levar em consideração que: O desenvolvimento local surge do fortalecimento da cidadania, do sucesso econômico do empreendedorismo, de produtos competitivos, do uso sustentável de recursos naturais, da pluralidade institucional, do poder de compra dos consumidores, de preços adequados, da integração de iniciativas públicas, de ênfase na reciclagem, da disponibilidade de recursos financeiros, do Know howe tecnologia, de um mercado consumidor compatível e de diversos outros fatores. E, principalmente, de decisões políticas das lideranças da comunidade e dos atores sociais envolvidos.

Vale ressaltar, que nas últimas três décadas, a política agrícola que tem como base o crédito rural, tem favorecido uma especialização crescente, voltada para a maximização da produtividade das unidades modernas e de cultivos selecionados em detrimento da produtividade das unidades familiares que produzem para o consumo familiar e para o mercado.

De acordo com o Programa Nacional para Agricultura Familiar (PRONAF), um dos aspectos importantes para que o agricultor (a) familiar possa produzir gerar renda e viver uma vida de qualidade é que ele tenha acesso ao crédito. Sendo a agricultura uma atividade que demanda um investimento inicial geralmente significativo e cujo retorno só virá depois de algum tempo, os agricultores (as), precisam ter um apoio para esse investimento inicial. Dadas às condições de risco e os diversos problemas que poderão enfrentar, tanto em relação às incertezas na produção, como as dificuldades de comercialização e as oscilações de mercado, é necessário que estes agricultores possam contar com linhas de créditos compatíveis com sua situação em termos de taxa de juros, possibilidades de pagamento entre outros. A falta dessas condições pode acarretar dificuldades de produção ou inserir o agricultor em uma situação de endividamento que, na prática, signifique a necessidade de abandonar o estabelecimento. Assim, tanto o setor público como o privado e mesmo as organizações de produtores precisam criar alternativas para viabilizar essa produção por meio de linhas específicas de financiamento ou políticas, lembrando que nem todos os agricultores familiares encontram-se na mesma situação com relação ao nível de capitalização e condições de investimentos (CADERNO DE CAPACITAÇÃO No 1 2002, p.31).

Segundo os estudos realizados no município os agricultores (as) familiares de lagoa Seca se enquadram na categoria dos que estão em transição, que vivem da agricultura, mas ainda não tem condição de investir. Assim, as políticas de crédito direcionada ao município o PRONAF, tem que considerá-los nessa perspectiva, como também possibilitar o acesso das mulheres agricultoras ao

Através da pesquisa realizada, foi possível identificar as mudanças ocorridas na divisão sexual do trabalho no âmbito da agricultura familiar, no município de Lagoa Seca com o advento do uso de novas tecnologias de convivência com o semiárido como também em que proporções estas mudanças têm contribuído para redefinir as relações de gêneros, no interior do grupo doméstico.

Observou-se que na divisão sexual do trabalho, bem como, na distribuição de tarefas, na produção agrícola e no interior da organização do grupo doméstico os fatores sexo, idade e nível de qualificação se fazem presente. Considerando, o modelo patriarcal que ainda faz parte da nossa sociedade, na divisão trabalho. Através da coleta de dados foi possível constatar que em 40% das famílias entrevistadas são atribuídos aos cônjuges papéis e responsabilidades diferenciadas, ao homem compete os trabalhos externos e as mulheres ainda se limitam a colheita das frutas e as tarefas domésticas.

No contexto atual, as mulheres que receberam a qualificação para o uso correto de tecnologias, muito embora ainda tenha que conciliar as atividades domésticas com atividade agrícola vem se destacando principalmente na horticultura, fruticultura na comercialização como também na participação nas associações e sindicatos e na luta pela melhoria da qualidade de vida da população do campo a mulher tem marcado presença. Sua bandeira de luta diz respeito à melhoria da qualidade de vida para todos e ao respeito aos direitos enquanto cidadã que lhe são garantidos legalmente. Também, na luta pelo fortalecimento da agricultura familiar e pela reforma agrária elas se fazem presente.

No que se refere ao uso de novas tecnologias, foi possível constatar que a articulação entre os membros do grupo doméstico de agricultores (as) familiares que utilizam novas tecnologias, na organização do trabalho, é de vital importância para se obter o nível de produção necessária à reprodução social de sua força de trabalho e gerar renda para a família com os produtos que são comercializados, considerando-se para tanto a preservação ambiental, a produção de alimentos isentos de resíduos tóxicos e a manutenção de um bom nível de segurança alimentar, como também, valorizar, recuperar e procurar criar conhecimentos locais, para serem utilizados como instrumentos de criatividade, que venham contribuir para melhoria do nível de vida da população, procurando definir a partir de sua identidade local. Assim, a implementação de políticas públicas para o semiárido que leve em consideração a reforma agrária, o crédito, o uso correto da água a extensão rural e a educação no campo, são de fundamental importância para garantir que os agricultores e agricultoras familiares ampliem suas potencialidades na realização da suas funções de preservação ambiental e na melhoria da qualidade de vida.

ABROMOVAY, Ricardo: **Desenvolvimento Sustentável: qual a estratégia para o Brasil?** São Paulo: Revista Novos Estudos do CEBRAP, 2010.

ALTAFIN, IARA. **Reflexões sobre o Conceito de Agricultura Familiar.** Brasília: Universidade de Brasília, 2013.

BRUMER, Anita. Gênero e Agricultura: A Situação da Mulher na Agricultura do Rio Grande do Sul. In: **Revista Estudos Feministas.** Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Centro de Comunicação e Expressão. Vol. 12. Florianópolis, 2004.

BUSCANDO AS RAIZES: **Agricultura Familiar e Reforma Agrária.** Ministério do Desenvolvimento Agrário. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-PRONAF. 2002.

EHLERS, E. **Agricultura Sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma.** São Paulo: Livros da Terra, 1996.

ESTEVAN, Dimas Oliveira. **Inovações na Agricultura Familiar.** São Paulo: Insular, 2014.

GARCIA et al. **Família como armadilha: a busca de fissuras no cotidiano das mulheres no cariri paraibano.** João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011.

LOBO, Elizabeth Sousa. **Os usos dos Gênero.** In : Relações sociais de Gênero X Relações Sociais de Sexo. São Paulo : USP., Núcleo de Estudo da mulher e Relações de Gênero, 1989.

PORTO, Maria Stela Grossi. **Tecnologia Agropecuária e Processo de Trabalho: A Análise da Situação das Trabalhadoras Rurais.** In: Tecnologia Agropecuária e a Organização dos Trabalhadores Rurais. Brasília: Universidade de Brasília, 1998.

SAFFIOTTI, Heleieth. & FERRANTE, V.B. **Rearticulando Gênero e Classe Social.** In: Uma Questão de Gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

SCOTT, Joan W. **Gênero Uma Categoria útil para análise histórica.** In: Educação e Realidade, Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: V. 16, nº 2, jul/dez, 1990.

TADESCO, Carlos João (Org.) **Agrodiversidade, Agroecologia e Agricultura Familiar.** Passo Fundo: UPF editora, 2006.

TAVARES, Edson Diogo. **Da agricultura Moderna á Agroecológica: Análise da Sustentabilidade de Sistemas Agrícolas Familiares.** Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil; EMBRAPA, 2009.

TEIXEIRA, A. Z, CARVALHO, M. H. de e SUÁREZ, M. **Perspectiva de Gênero na Produção Rural.** Brasília: IPEA, 1994.

TONNEAU, Jean Philippe & DUQUE, Ghislaine. **Desenvolvimento territorial no Nordeste Aprendendo Democracia.** IN: Rev. Raízes Vol. 22 N. 2, pp. 181-191, 2003.

